BOLETIM DA SEDEC/CBMERJ	NÚMERO 58	DATA 29/03/2004	FOLHA 1812
------------------------------------	----------------------	----------------------------	-----------------------

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO – DOERJ DO PODER
EXECUTIVO Nº 58, DE 29 DE MARÇO DE 2004 – PÁGINA 3 – TRANSCRIÇÃO**

LEI Nº 4.300, DE 26 DE MARÇO DE 2004

**INSTITUI, NO ÂMBITO DA
POLÍCIA MILITAR E DO CORPO
DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
PROCEDIMENTO
ADMINISTRATIVO DE
JUSTIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, procedimento administrativo de justificação, para fins de comprovação de dependência.

Art. 2º - O procedimento instituído pelo art. 1º será regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - O artigo 101 da Lei nº 279, de 26 de novembro de 1979, passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

“Art. 101 -

VII – a(o) companheira(o), nos termos da legislação em vigor, que viva sob sua exclusiva dependência econômica, comprovada a união estável mediante procedimento administrativo de justificação”.

Art. 4º - O § 2º do artigo 48 da Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, passa a vigorar acrescido o item 9, com a seguinte redação:

“Art. 48 -

§ 2º -

9 – a(o) companheira(o), nos termos da legislação em vigor; que viva sob sua exclusiva dependência econômica, comprovada a união estável mediante procedimento administrativo de justificação”.

Art. 5º - O § 2º do artigo 45 da Lei nº 880, de 25 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea “i”, com a seguinte redação.

“Art. 45 -

§ 2º -

i) – a(o) companheira(o), nos termos da legislação em vigor, que viva sob sua exclusiva dependência econômica, comprovada a união estável mediante procedimento administrativo de justificação”.

Art. 6º - O item 8, § 3º do artigo 48 da Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48 -

§ 3º -

8 – a pessoa que viva no mínimo há cinco anos sob a sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante procedimento administrativo de justificação;”

Art. 7º - A alínea “h”, § 3º do artigo 45 da Lei nº 880, de 25 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 -

§ 3º -

h) – a pessoa que viva no mínimo há cinco anos sob a sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante procedimento administrativo de justificação;”

Art. 8º - Ficam revogados os incisos VIII do art. 102 da Lei nº 279, de 26 de novembro de 1979, o item 9 do § 3º do art. 48 da Lei nº 433, de 1º de julho de 1981, e a alínea “i” do § 3º do artigo 45 da Lei nº 880, de 25 de julho de 1995, assim como as demais disposições em contrário.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2004.

ROSINHA GAROTINHO
Governadora

Projeto de Lei nº 1256/2004.

Autoria: Poder Executivo, Mensagem nº 11/2004.